

# Formação do Estado

1. “Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.” (Bobbio).

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas abaixo:

- I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.
- II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.
- III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.
- IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.
- V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual “se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente”, decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.

Das afirmativas feitas acima

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) as afirmações I e III estão corretas.
- c) as afirmações III e IV estão corretas.
- d) as afirmação II e III estão corretas.
- e) as afirmações III e V estão incorretas.

2. O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

*ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1999.*

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.

- d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.

3. Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes.

*HOBBS, Thomas. Leviatã. Cap. XVII. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 103.*

Em relação ao papel do Estado, Hobbes considera que:

- a) O seu poder deve ser parcial. O soberano que nasce com o advento do contrato social deve assiná-lo, para submeter-se aos compromissos ali firmados.
- b) A condição natural do homem é de guerra de todos contra todos. Resolver tal condição é possível apenas com um poder estatal pleno.
- c) Os homens são, por natureza, desiguais. Por isso, a criação do Estado deve servir como instrumento de realização da isonomia entre tais homens.
- d) A guerra de todos contra todos surge com o Estado repressor. O homem não deve se submeter de bom grado à violência estatal.

4. Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

*LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.*

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
- b) Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
- c) Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
- d) Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza.

Texto para as próximas questões:

Os filósofos contratualistas elaboraram suas teorias sobre os fundamentos ou origens do poder do Estado a partir de alguns conceitos fundamentais tais como, a soberania, o estado de natureza, o estado civil, o estado de guerra, o pacto social etc.

5. Com base em seus conhecimentos e no texto abaixo, assinale a alternativa correta, segundo Hobbes.

[...] a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) nada mais é do que uma simples guerra de todos

contra todos na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; [...] e que todos os homens, tão cedo chegam a compreender essa odiosa condição, desejam [...] libertar-se de tal miséria.

*HOBBS, Thomas, Do Cidadão, Ed. Martins Fontes, 1992.*

- a) O estado de natureza não se confunde com o estado de guerra, pois este é apenas circunstancial ao passo que o estado de natureza é uma condição da existência humana.
- b) A condição de miséria a que se refere o texto é o estado de natureza ou, tal como se pode compreender, o estado de guerra.
- c) O direito dos homens a todas as coisas não tem como consequência necessária a guerra de todos contra todos.
- d) A origem do poder nada tem a ver com as noções de estado de guerra e estado de natureza.

6. [...] O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição [...] nisto temos a clara diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra, muito embora certas pessoas os tenham confundido, eles estão tão distantes um do outro [...].

*LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.*

Leia o texto acima e assinale a alternativa correta.

- a) Para Locke, o estado de natureza é um estado de destruição, inimizade, enfim uma guerra “de todos os homens contra todos os homens”.
- b) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra.
- c) Segundo Locke, para compreendermos o poder político, é necessário distinguir o estado de guerra do estado de natureza.
- d) Uma das semelhanças entre Locke e Hobbes está no fato de ambos utilizarem o conceito de estado de natureza exatamente com o mesmo significado.

## Gabarito

1. E
2. A
3. B
4. C
5. B
6. C